

Apresenta por
manuseio de
na reunião de
20/01/2018
Vitor Manuel Barreto



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Joaquim Barreto

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CAM	
Nº Único	592287
Entrada/	nº 21 Data 18/01/2018

Distribuiu e
Agenda
18/01/2018

Assembleia da República, 17 de janeiro de 2018

Assunto: Audições regulares com membros do Governo para acompanhamento das medidas relacionadas com os incêndios florestais de 2017

Os incêndios florestais ocorridos em 2017, nomeadamente entre junho e outubro causaram a devastação que é conhecida e ficarão registados como uma das grandes catástrofes com que o país se confrontou.

Fruto do nível de destruição e do número de vítimas provocadas foram sendo delineadas medidas de indemnização, recuperação de habitações, apoio e reposição do potencial produtivo, entre outras.

As diferentes medidas e os diferentes períodos em que foram sendo decididas, fizeram com que fossem divulgados, promovidos e disponibilizados um leque de apoios, em alguns casos, de tratamento diferenciado. Agora que começam a ser pagos alguns apoios também subsistem dúvidas relativamente a esses apoios.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Paralelamente têm de ser colocadas no terreno medidas relacionadas com a política florestal, de ordenamento e gestão, nomeadamente as impulsionadas a partir da chamada reforma florestal. Neste âmbito as alterações no regime de arborização e rearborização, o regime experimental de realização de cadastro, as alterações ao sistema de defesa da floresta contra incêndios, exigem medidas de fundo e um trabalho aprofundado para a sua implementação. É preciso fazer o trabalho que sucessivos governos não fizeram em matéria de política florestal.

A política florestal e todo o processo de apoio às vítimas, à atividade económica e aos territórios afetados, exigem um rigoroso acompanhamento e uma fiscalização por parte da Assembleia da República, no âmbito das suas competências. Esse acompanhamento tem de ser regular e abrangente.

Com o enquadramento atrás expresso, o **Grupo Parlamentar do PCP** propõe que no âmbito da **Comissão de Agricultura e Mar** sejam realizadas **audições trimestrais a membros do governo com responsabilidades nas matérias indicadas**, com início em fevereiro e com grelha de tempos suficientemente ampla para a adequada escaupelização dos assuntos.

O Deputado

João Ramos